

Cronograma do setor energético está atrasado

Rio - O presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, considera "muito difícil" concluir ainda este ano a privatização das cinco empresas geradoras de energia elétrica prevista no programa do governo. Para atingir o objetivo, o governo teria de fazer, no segundo semestre, um leilão por mês. "Vamos fazer o possível, mas a data da privatização vai depender de quando o mercado estiver melhor para a venda", pondera Sampaio.

Até o dia 30 deste mês, a parte de geração de Furnas já estará dividida em duas, da mesma forma que a Chesf. Junto com a Eletronorte, que

não sofrerá cisão, as cinco empresas representarão um ativo contabilizado de R\$ 24 bilhões. Ainda não há preço mínimo fixado para nenhuma delas e o valor não ficará necessariamente vinculado aos ativos.

Mas, tendo por base que 30% deste montante pertence aos acionistas minoritários e, portanto, não estarão à venda, a conclusão é de que a meta da União de arrecadar R\$ 20 bilhões este ano com o programa de desestatização começa a ficar comprometida.

O leilão conjunto, a exemplo do que foi feito com o Sistema Telebrás, está fora de cogitação. A principal

preocupação do governo, segundo Firmino Sampaio, é evitar que algumas empresas tenham apenas um candidato.

"O tipo de investidor que opera com energia elétrica é mais conservador, enquanto as empresas telefônicas atraem investidores mais arrojados", explica Sampaio. "Por isso, a configuração da venda será diferente, repetindo apenas o modelo de cisão usado no Sistema Telebrás."

Segundo ele, há uma grande expectativa com relação à participação estrangeira. Especialmente de empresas de países que ainda não ingressaram no mercado brasi-

leiro, como Alemanha e Canadá.

De qualquer forma, o calendário de privatizações não será aberto antes de julho. Em 28 de maio, as cinco empresas serão formalmente separadas da Eletrobrás, que hoje detém quase 100% das ações de cada uma delas.

Elas passarão a ter uma estrutura acionária similar à da Eletrobrás: 70% do capital em mãos do governo federal, BNDESPar e FNDE 30% pulverizados entre acionistas minoritários no Brasil e exterior.

Depois disso, serão necessários 60 dias para análise do processo pelo Tribunal de Contas da União e

somente então será lançado o edital de privatização. A venda só pode ocorrer 30 dias após a publicação do edital. Restam ao governo, caso tudo ocorra dentro dos prazos estipulados, quatro meses para efetuar os cinco leilões.

Balanço

A Eletrobrás deverá reter R\$ 428 milhões, dos R\$ 747 milhões destinados à distribuição de dividendos, para recompor o caixa da empresa. A proposta será levada à assembleia de acionistas, no dia 6 de abril, e deverá ser aprovada, já que a União é majoritária, com

52,5% do capital total.

Segundo Paulo Roberto Ribério Pinto, diretor financeiro da companhia, a Eletrobrás teve de pagar, com recursos próprios, cerca de US\$ 1 bilhão, de setembro do ano passado até fevereiro deste ano, para saldar dívidas de financiamentos externos e vencimento de bônus. Agora, somente em 2004 haverá vencimento de títulos de longo prazo. Até lá, a empresa espera recompor seu caixa. No ano passado, o lucro da Eletrobrás foi de R\$ 1,994 bilhão, valor cerca de 41% inferior aos R\$ 3,378 bilhões de 1997.